

POLÍTICA, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

THEMÍSTOCLES CAVALCANTI

O problema do desenvolvimento tem sido abordado principalmente em seus aspectos econômicos.

Relegados têm sido os que envolvem o progresso social, as instituições políticas e principalmente o comportamento político, nos diferentes tipos de sociedades.

É preciso, entretanto, considerar que são problemas conexos, porque o desenvolvimento tem um sentido unitário e abrange as mais variadas repercussões.

Seria, assim, necessário indagar: como se deve considerar o progresso social e político no processo de desenvolvimento? Como apurar as conexões entre o desenvolvimento econômico e o progresso social e a maturidade política? Por que o progresso social e político é indispensável para o desenvolvimento econômico? Como realizar uma democracia em um país subdesenvolvido, quando este regime pressupõe maturidade política?

Temos sustentado que o desenvolvimento econômico não é possível sem o preparo de uma estrutura de base, sem a organização de quadros técnicos, profissionais e administrativos.

Por isso mesmo, a educação popular, a instrução, são indispensáveis ao progresso e desenvolvimento. Sem elas não haverá desenvolvimento nem poderá existir um autêntico sistema democrático.

É o que pretendemos aqui analisar sucintamente.

Partimos, por isso mesmo, da afirmação de que somente uma boa estrutura política, econômica, social, pode proteger e salvaguardar os objetivos nacionais e integrar um bom sistema para realizar uma política eficaz de desenvolvimento.

Somente um desenvolvimento, em sua expressão total, que melhor se definiria como progresso social, pode permitir um sistema de equilíbrio social e político capaz de reduzir as desigualdades, e, portanto, também os antagonismos e as tensões de toda espécie.

Não pode haver progresso nem desenvolvimento, com uma infra-estrutura primária, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, e, portanto, também políticos.

Lógicamente, o desenvolvimento pressupõe o progresso em todos esses setores.

O enriquecimento, por exemplo, de um grupo conduz a uma estrutura social deformada, e o seu comportamento também se ressentirá, porque estará politicamente dominada por esse grupo, criando antagonismos contrários aos interesses nacionais.

O desenvolvimento há de ser integral e interessar todas as classes, atingindo essencialmente os setores de saúde, educação, alimentação, habitação etc.

As desigualdades sociais muito profundas e o des-nivelamento econômico muito pronunciado, tornarão precárias toda política de desenvolvimento se esta não tiver por primeiro objetivo, eliminar essas desigualdades e des-nivelamentos.

Não pode haver desenvolvimento político, sem o preparo de uma massa eleitoral, bastante numerosa, capaz de compreender os principais problemas da comunidade.

Não se deve, por isso, falar em desenvolvimento, sem considerar o progresso da massa eleitoral, a existência de uma infra-estrutura constituída de técnicos e profissionais de todos os tipos, categorias e níveis, capazes de preencher os quadros de base da organização industrial, comercial e administrativo do país.

É evidente que a riqueza é indispensável para atender a tudo isso e o suficiente para investimentos que supram a todos êsses setores de base e permitam o seu progresso e desenvolvimento.

Quando nos referimos, portanto, a desenvolvimento, entendemos o concurso de elementos que permitam o enriquecimento da coletividade, notadamente o preparo do povo, de maneira a torná-lo apto a suportar as tarefas do desenvolvimento econômico, pela organização dos quadros de todos os níveis, capazes de assumir as tarefas próprias a cada setor da atividade comum.

Quando nos referimos a subdesenvolvimento não significamos somente a baixa produtividade, mas principalmente, a escassez de elementos humanos tecnicamente preparados para preencher todos os claros encontrados, indispensáveis à existência de um nível adequado de produtividade.

Da maior dificuldade é a avaliação dos diferentes graus de desenvolvimento, mas o progresso da pesquisa sociológica tem permitido identificar alguns elementos mais importantes para indicar os diferentes níveis de desenvolvimento.

O professor Samuel Hayes Junior, Diretor da Fundação destinada à pesquisa do comportamento humano na Universidade de Ann Arbor, Estado de Michigan, conse-

guiu enumerar algumas dessas características, interessando principalmente:

- a) o indivíduo;
- b) as relações sociais e institucionais e
- c) os investimentos sociais.

Em relação ao *indivíduo* o desenvolvimento se caracteriza pelo progresso da instrução elementar, dos conhecimentos científicos, do número de indivíduos com preparo científico e tecnológico e da aplicação cada vez maior desses métodos, na solução dos diferentes problemas.

Abandonam-se as soluções rotineiras para adotar processos mais avançados.

Procura o indivíduo o planejamento racional, uma boa avaliação dos recursos disponíveis antes de iniciar o empreendimento, com a segurança de possuir recursos financeiros para realizar as tarefas propostas, evitando as repercussões prejudiciais à coletividade.

São padrões que revelam amadurecimento, preparo intelectual e uma melhor compreensão das relações humanas, em termos de cooperação.

O subdesenvolvimento desconhece esses processos e é com a passagem para o desenvolvimento que o homem vai aos poucos adquirindo esses meios e modificando o seu comportamento.

Além do mais, também os padrões individuais se modificam, transformam-se os tipos de relações sociais, desenvolvendo-se as bases comunitárias da sociedade. É o resultado da modificação da escala de valores, da complexidade maior na composição da sociedade, sua mobilidade maior, tendências mais acentuadas para a mudança.

No subdesenvolvimento há uma estagnação grande no tipo de relações humanas, com tendências rotineiras e falta de possibilidades para uma mudança de suas características tradicionais.

O desenvolvimento se realiza pelo emprêgo de novas técnicas e de novas atividades em todos os setores da atividade, principalmente econômicos.

Essa mudança já representa a formação de uma nova concepção de vida e sugere fatalmente uma alteração no comportamento das classes sociais, com a criação de novas categorias econômicas, e principalmente de novas atividades.

A sociedade em desenvolvimento há de ser fundamentalmente imbuída de mentalidade tecnológica e de processos novos de trabalho, que influem no comportamento individual e social do homem.

Deve se formar também uma outra mentalidade, na seleção de valores, substituindo-se os processos tradicionais da casta, do parentesco, da raça, da religião, do sexo, da condição social, pela competência e esforço individual. É condição, aliás, para o próprio funcionamento da sociedade.

O filiotismo, o coronelismo, o paternalismo, que caracterizam a sociedade tradicional e que serve de processo de seleção de valores, nas sociedades subdesenvolvidas, devem ser substituídos por um processo democrático do livre acesso de todos, de acordo com a sua capacidade.

A transformação da sociedade e do seu sistema político, devem conduzir a uma melhoria, com a eliminação de uma sociedade fundada em privilégios.

Por sua vez o indivíduo espera da sociedade, cada vez mais, uma melhor retribuição pelos serviços que a ela presta.

Isto decorre da posição mesmo do indivíduo na sociedade e do tipo de relações que com ela mantém consolidando essas mesmas relações que perdem o seu caráter vago e pouco seguro, que existe nas sociedades subdesenvolvidas.

Os laços comunitários são mais perfeitos nas sociedades desenvolvidas, porque existe maior educação e melhor compreensão dos deveres do indivíduo com a sociedade e com o Estado.

O desenvolvimento conduz também a um respeito maior pelos direitos de terceiros, as relações comerciais se apuram no rigor ético, pela melhoria da educação e da necessidade de aperfeiçoar os padrões comerciais ou industriais.

É que também o progresso tecnológico e das relações comerciais é maior, levando a concorrência comercial cu industrial a outros planos.

Com referência às relações sociais, o seu padrão toma outro sentido nas sociedades desenvolvidas, porque, não somente os indivíduos adquirem hábitos diferentes, porque melhora a sua condição econômica, mas também se desenvolvem as comunicações, com recursos e meios novos.

É evidente que o grau de educação e cultura se reflete também na natureza dessas comunicações, a maneira pela qual se realizam e a influência que possam ter sobre o progresso social.

Os grupos favoráveis às mudanças se multiplicam e um novo tipo de sociedade, obedecendo novos padrões técnicos, vai se formando. É evidente que o comportamento dos indivíduos se altera não somente porque outra será a concepção dos problemas globais, mas ainda porque outra será a sua formação, melhores serão as suas bases, como educação.

As relações também passam a se desenvolver com mais frequência, na base de interesses, mas com a nítida presença do sentimento da comunidade.

É isto fruto da educação, do progresso no campo comercial e do desenvolvimento da cultura política comunitária.

Quanto à natureza dos investimentos sociais, haverá também uma sensível alteração.

A prioridade será para as que atender aos problemas de educação, de saúde, de higiene, de habitação.

A êstes se seguem os destinados às comunicações, transportes e energia elétrica.

Os investimentos suntuários, que esgotam tão frequentemente os países subdesenvolvidos, passam para um plano secundário.

No setor público se reflete também uma tendência na vida individual, quando existe um desperdício manifesto de recursos para atender a gastos suntuários, com certa prioridade. É que também o conceito de conforto é proporcional aos escassos recursos de que dispõe o indivíduo.

Passando agora para o terreno da análise política, é evidente que o mecanismo político há de funcionar de maneiras diversas em países de graus diferentes de desenvolvimento.

Essa diferença se deve refletir não só no comportamento de quantos participem do processo político, mas também da formação dos órgãos de governo.

Vamos, por isso, examinar alguns elementos que participam do processo político nos regimes democráticos, no seu comportamento e na sua formação.

Êsses elementos serão, a nosso ver, as peças essenciais do mecanismo democrático, a saber:

- o eleitorado;
- os partidos políticos;
- os grupos de pressão e
- os órgãos que constituem os poderes do Estado, eleitos pelo eleitorado.

Mas por que são êsses os elementos essenciais?

Porque são êsses os instrumentos necessários para o funcionamento do mecanismo democrático, evitando-se confusões desnecessárias na formulação de seus princípios fundamentais.

Na verdade, esta confusão é propositada.

Um dos problemas mais insistentes da moderna ciência política, é a conceituação do que se deve entender por sistemas políticos, regimes políticos, sistemas de govêrno, formas de govêrno, etc. e também a conceituação de cada um.

A deformação semântica dos vocábulos, determinada por um fato generalizado que é a desvalcrização de certos conceitos tradicionais que vinculam, digm, que vincularam os homens a algumas idéias fundamentais, que nortearam o seu comportamento, e por outro lado a penetração intencional da luta ideológica, com objetivo de confundir êsses conceitos básicos, com propósitos óbvios, criou para o cientista político, ou para o especialista em direito público, o propósito de formular com precisão êsses conceitos básicos.

Não é de estranhar que um dos vocábulos visados tivesse sido precisamente êste de *democracia* — à mercê dos totalitarismos da direita e da esquerda. E isto foi tanto mais fácil quanto todos desejam ser democratas-liberais, proletários, populares, etc. e poucos se conformam com a imputação de autocrata, totalitário, autoritário e outros qualificativos.

Por isso mesmo, também, enquanto uns atribuem à democracia as suas características de govêrno do povo, pelo povo, para o povo, outros afirmam que esta democracia não passa de um regime formal, enquanto que a oposta — a soviética — é mil vêzes mais verdadeira e popular.

Formal seria uma democracia fundada no voto livre, necessário à participação do povo na organização do poder.

O que nada mais é senão essa palavra mágica, mas tão mal aplicada — autodeterminação.

A verdade é, entretanto, que o poder político presuppõe o da decisão, quer o seja diretamente pelo povo ou por aqueles que, em seu nome, detêm o poder.

A suposição de que a democracia que alguns chamam “totalitário” é mais popular porque atenderia melhor aos interesses da massa e eliminaria os privilégios de classe, não se assenta em nenhuma realidade, porque nesse regime nada identifica a origem do poder dos que governam, — com o interesse da massa — nenhuma manifestação existe desta identificação — nem o voto nem qualquer outra forma de manifestação.

Quer o poder totalitário das direitas, quer a ditadura do proletariado, se traduzem em qualquer expressão de consentimento livre da massa e, ainda menos, a sua colaboração na organização do poder.

Todos os elementos básicos da democracia são pervertidos, porque eles não aparecem — nem consenso, nem representação — nessas democracias que se apresentam em bases puramente dogmáticas.

Há quem conteste, por outro lado, sentido ideológico na democracia, que seria apenas uma filosofia de vida. George Burdeau é um dos que afirmam o desligamento da democracia de qualquer vinculação ideológica, no sentido científico ou filosófico que hoje se lhe atribui. A democracia é uma idéia e não uma ideologia. Ela permite uma vida social de liberdade e de respeito aos direitos. Deve-se com isto atingir condições de prosperidade e de paz.

Os fatos contrariam essa tese, embora não se possa contestar que a democracia represente uma filosofia baseada em certos princípios, mas com características positivas, afirmação de um conjunto de direitos que precisam ser preservados, e, por isso mesmo, prevalecer na luta contra as ideologias contrárias.

Neste sentido, ela se apoderou de uma técnica que tiveram os marxistas a prioridade, teve de recorrer inclusive aos seus *mitos* que representam os objetivos maiores do movimento democrático.

Essa ideologia democrática se assenta fundamentalmente no *consenso* e na vontade da maioria e o assentimento da minoria.

O *consenso* é uma das bases da democracia. Consenso significa não só a aceitação do regime ou do governo, mas a manifestação livre para o reconhecimento da legitimidade desse poder.

Ora, o consenso na democracia não pode ser puramente passivo, tem de se assentar na participação do povo na organização do poder, na organização dos seus órgãos de governo.

Mas para haver realmente consensos generalizados é preciso que haja igualdade nessa participação, obedecendo a uma estrutura eleitoral, livre de privilégios de grupos e de interesses particularistas.

Sendo assim, a afirmação do consenso se faz de forma positiva, como afirmação de uma vontade do povo na eleição dos seus representantes.

A *maioria*, ou melhor, a vontade da maioria é necessária à realização da democracia. É a regra fundamental do sistema, mas que obedece a um mecanismo que atenda também aos direitos das minorias, de maneira que essa maioria seja, na realidade, a totalidade do povo, estabelecidas as devidas proporções.

A questão tem dado lugar a controvérsias, o que levou o professor *Ranney* a indagar se a democracia deve significar a lei da maioria ou os direitos das minorias, o que importa também na lei das minorias.

Mas a opção geral: é de que nada pode ser resolvido sem o voto da metade mais um, que significa a maioria.

Pois bem, são êsses os conceitos fundamentais os quais temos de utilizar para a análise do comportamento político e a prática do regime político, nos diversos países.

Devo, desde logo, afastar uma idéia muito generalizada. É evidente que, na prática, existe um equívoco de admitir a impossibilidade da democracia nos países subdesenvolvidos e que, portanto, a sua política se deve organizar na base de outras instituições, à espera que a sociedade se desenvolva e adquira condições para a realização do sistema democrático em bases mais aperfeiçoadas.

Devo fazer, desde logo, uma advertência que me parece verdadeira na prática. Só a execução do regime, só a sua efetiva realização permitirá a formação de uma consciência democrática, o que é essencial para a vida do regime.

É, entretanto, indispensável a adequação das instituições, isto é, das formas de realização da vida democrática, às condições de desenvolvimento de cada povo.

De nada adianta possuir instituições ótimas, que exprimam as últimas conquistas das instituições democráticas, se não está o país em condições de realizar o sistema, ou se os efeitos de sua prática são negativos em relação à finalidade do sistema.

Por isso é que não existem padrões de sistemas de govêrno, mas em cada país uma mesma *forma* de govêrno, se reveste de peculiaridades inerentes às suas condições e exigências próprias.

Por que teria a Alemanha alterado o seu sistema eleitoral e adotado sistema próprio, senão para atender a uma necessidade de suas instituições deformadas pelo excesso de partidos?

Por que teriam os Estados Africanos, em parte, estabelecido um regime próprio de partido único, senão para atender às deficiências de seu eleitorado e à dificuldade

de organização de grupos qualificados para formar a infra-estrutura de seus partidos?

Por que teve a França de alterar o seu mecanismo de governo, senão para por t ermo a uma deformação das instituições parlamentaristas pela diluição dos seus partidos em numerosos grupos partidários?

  preciso, em Ciência Política, partir da análise do funcionamento dos sistemas fundamentais para dar ao regime político a sua estrutura.

A época das construções apriorísticas já passou e, sôbre a experiência   que se devem fundar as instituições políticas.

A luta em t rno d esses problemas atendem as mais das vêzes, a controvérsias ideológicas e a interesses políticos outros.

Não   outro o sentido da maioria delas entre nós. A lamentável experiência parlamentarista e plebiscitária   de ontem. A lembrança d esse episódio   penosa na análise da nossa vida política, pelo aspecto negativo do comportamento dos nossos dirigentes.

Tôda modificação do mecanismo institucional deve ser feito com objetivos préviamente estabelecidos, porque todos  les devem obedecer a reações previstas e predeterminadas, inclusive as possibilidades do funcionamento id neo do sistema, de acôrdo com as observa es já feitas sôbre o comportamento daqueles (eleitorado, partidos, órgãos do poder) que não participam das transforma es.

A primeira série de observa es se destina ao mecanismo do eleitorado e a sua composi o.

O eleitorado  , por defini o, a parte do povo constituída daqueles que gozam de capacidade política ativa, isto  , dos indivíduos que podem exercer o direito de voto.

Em princípio todos deveriam ter o direito do voto, mas exigindo o exercício d esse direito certa capacidade, e

havendo contra-indicação na sua prática por certo grupo de indivíduos, a lei determina, não só as qualificações essenciais para o indivíduo ser eleitor, mas também seja êsse direito negado àqueles que não gozam de certos requisitos ou se acham em situação inconveniente para a prática eleitoral.

Sendo o processo eleitoral, um processo de escolha dos mais capazes para o exercício do poder, e, exercendo o eleitorado, pelo voto, um ato que envolve a própria constituição do poder, por delegação, não há como diminuir o valor do voto individual, eliminando o processo de seleção qualitativa na formação do eleitorado.

Mesmo assim, o eleitorado será sempre o reflexo das condições pessoais dos que o constituam, bem como do grupo social a que pertencem.

O seu comportamento será também a expressão da sociedade a que pertencem os eleitores.

Não há como fugir dessa afirmação. Se os resultados nem sempre são satisfatórios estou pessoalmente persuadido de que a falta decorre não só das deficiências do eleitorado como da supressão do mecanismo eleitoral, a ausência de prática do voto, do afastamento do eleitorado das urnas, sob o pretexto que os resultados nem sempre são favoráveis ao processo de escolha pelo voto.

O que me parece necessário, nas fases diversas de desenvolvimento, é atender às condições do subdesenvolvimento, de eleitorado escasso, de infiltração fraudulenta, de recursos a métodos que deformam o mecanismo do sistema.

É que somente a educação política, e a prática do voto, pode dar ao eleitor a medida verdadeira do seu comportamento.

Aí, então, o comportamento vai-se alterando, e a preferência, que a princípio seria dada a um amigo, a um

parente, seria pouco a pouco, substituída por um critério nôvo, como o que melhor representar o seu grupo de interesses, o que melhores condições tem de servir à comunidade, por ter melhores aptidões intelectuais ou maior capacidade.

É que nas sociedades mais desenvolvidas o indivíduo que vota também está incorporado a um grupo social ou econômico que tem mais presente os seus interesses ou o da comunidade em que vive.

Quando êle vota, não atende a um amigo mas a uma soma de interesses ligados aos da sua comunidade ou aos do seu grupo.

Isto evidentemente, em tese, como observação geral, se tivermos em conta, por exemplo, a composição dos parlamentos, composição sócio-econômica dos países desenvolvidos e dos subdesenvolvidos.

Os grupos sócio-econômicos que integram os parlamentos dos países desenvolvidos bem caracterizam os tipos de votos preferidos nas eleições.

O outro problema a ser considerado, nessa rápida análise, é a dos partidos políticos.

Como se sabe, êstes se constituíram para agrupar os eleitores que obedecem a mesma natureza de interesses, sejam êles políticos, ideológicos, etc.

Um partido, dois partidos, três partidos, muitos partidos, eis um problema grave. É, entretanto, um problema institucional no sentido de que o seu número, hoje em dia, muito significa no mecanismo do regime.

Os partidos originariamente são dois e com o desenvolvimento das instituições se multiplicam de acôrdo com as correntes de opinião que se vão formando.

Não raro a legislação estabelece as condições de existência dos partidos, quando não é a própria lei eleitoral que coíbe a sua multiplicação por processos vários.

Esta questão de número de partidos nada tem a ver com o desenvolvimento. A França e a Alemanha, fazem poucas dezenas de anos, tiveram dezenas de partidos. Será fruto certamente de um sistema parlamentar em boa hora corrigido naqueles dois países, com excessos talvez dispensáveis na França.

O nosso multipartidarismo, entretanto, teve origens um tanto deturpadas, por vêzes com objetivos, segundo se propala, em alguns casos, manifestamente fraudulentos.

A República Federal Alemã, com um processo eleitoral misto de majoritário e proporcional, conseguiu reduzir o seu número a três. Reforma útil ao mecanismo do regime mas que, no dizer de alguns, ideològicamente não satisfaz.

Já nos novos países africanos, predomina o partido único, não bem no modelo totalitário do comando de cúpula, mas admitindo no seu interior, correntes de opinião que indicam as diretrizes partidárias.

É o comportamento do eleitor dentro do partido que caracteriza o desenvolvimento político.

Mas, voltando ao número de partidos, invocamos a autoridade de Duverger para quem o problema está vinculado a três espécies de fenômenos — o sócio-econômico — o histórico e cultural e, finalmente, o técnico.

A divisão dos partidos em conservador e liberal, refletiria o conflito entre a burguesia e a aristocracia. Mas, já na segunda metade do século XIX o crescimento do proletariado e do movimento industrial, com o advento do socialismo criava uma terceira força político-social que se encarna no partido socialista.

Na Inglaterra ocorreu fenômeno curioso, porque o movimento trabalhista absorveu o movimento liberal, que, entretanto, subsiste como uma espécie de linha auxiliar do partido trabalhista, embora conservem os liberais sua

posição própria em relação aos problemas de intervenção do Estado e livre empresa.

No momento atual, por exemplo, a necessidade do apoio do partido liberal, leva o trabalhismo inglês a transigências que amortecem a evolução do movimento trabalhista.

O mais lógico seria, entretanto, a fusão conservador-liberal, por afinidades sócio-econômicas.

A segunda influência é cultural, que atua em certos países, no campo religioso, sob a influência de idéias políticas ou de sistemas de governos. Essas motivações interferem diretamente no esquema simples dos três partidos e provoca divisões nas diversas correntes de opinião, cindindo os partidos tradicionais.

A divisão dos partidos de direita, de centro e de esquerda e a multiplicação de posição que não obedecem, na realidade, a motivos sócio-econômicos, é motivada por êsses fatores.

O terceiro elemento é de natureza técnica e atua através do mecanismo eleitoral. O problema aqui é institucional.

Deve o sistema político funcionar na base de poucos ou de muitos partidos? A resposta deve atender à natureza do regime político.

Venho sustentando, desde muitos anos, que o regime presidencial, não sendo de origem parlamentar, nem se apoiando sobre o parlamento, o seu funcionamento se deturpa com a inflação de partidos. Poucos partidos, apenas os necessários para exprimir e canalizar as maiores correntes — da opinião pública, são necessários. Sob pena de submeter-se permanentemente à ação do poder executivo ao controle político de numerosos grupos partidários.

Entre nós a multiplicação dos partidos em proporções que não poderiam exprimir tendências da opinião pública,

antes representavam interesses sem base popular; foi certamente uma experiência extravagante.

Mas o que distingue bem o funcionamento dos partidos nos diferentes tipos de sociedade é a vinculação do eleitor ao seu partido, a disciplina consciente, a formulação dos problemas pelas bases partidárias.

O funcionamento dos partidos, ou melhor, o bom funcionamento dos partidos, não depende só dos seus órgãos dirigentes, mas também do comportamento do eleitor, no período pré-eleitoral e no ato mesmo da escolha de seus representantes.

Os grupos de pressão não podem ser omitidos na análise dos problemas políticos contemporâneos, pela importância que tomam nas controvérsias e nas resoluções mais graves da vida política.

A sua organização é geralmente mais autêntica do que a dos partidos e a sua atuação mais direta e eficaz.

Os interesses defendidos pelos grupos não serão sempre os da sua pequena coletividade, mas, muitas vezes, os da coletividade maior, atuando sobre os poderes públicos e exigindo tomadas de posições, reformas ou simples providências que abalam a inércia natural de todos os governos em face de certos problemas.

A participação desses grupos na vida política se processa em todas as suas fases e perante todos os poderes.

Notável, parece, é a influência que exercem no processo eleitoral, com a eleição de seus representantes no Parlamento. Foi o que mostrou com nitidez S. Finer, em seu livro *Anonymous Empire*, ao estudar a participação dos grupos de pressão na composição do Parlamento Britânico.

É que também os partidos sofrem a influência direta desses grupos que se organizam também na base do processo eleitoral.

É evidente que as qualidades essenciais para a organização dêsses grupos, a eficácia do seu comportamento, também dependem da existência de uma boa estrutura social e de uma consciência que permita uma ação comum em benefício de interesses organizados, mas dentro de um espírito que se harmonize com os interesses gerais da comunidade e das instituições.

Com isto as lutas se travam sem atingir as bases dessas instituições, cuja estabilidade está assegurada, sem prejuízo de modificações e reformas, dentro de quadros que gozam de relativa estabilidade.

Com isto ficam caracterizadas as lutas nos países desenvolvidos, lutas que se travam, na observação de alguém, *dentro* do regime, no livre jôgo das instituições e não *contra* o regime, como ocorre nos países subdesenvolvidos.

É que com a estabilidade econômica as tensões sociais diminuem, o progresso tecnológico melhora as condições da vida social, aumenta a estabilidade das instituições.

Os grupos de pressão se integram, assim, no próprio esquema político e representam válvulas de segurança para o jôgo político e o bom mecanismo das instituições.

O bom funcionamento do processo eleitoral, o comportamento do eleitor na escolha de seus representantes, asseguram ou não a estabilidade das instituições. Esta depende também do comportamento dos eleitos, da maneira pela qual dão cumprimento aos seus mandatos.

É êste o preço mais caro pago ao subdesenvolvimento, com o desvio dos governantes de suas obrigações essenciais, com a ambição pessoal do poder, pelos desvios de uma política de grupos, fora das regras normais do jôgo institucional.

Difícilmente os países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, têm mantido por longos períodos a normalidade de suas instituições democráticas.

Felizes foram aquêles povos que conseguiram atingir o desenvolvimento e a estabilidade de suas instituições políticas nos primeiros anos do nosso século.

De então para cá a pressão ideológica tem procurado contaminar o ambiente social com a técnica da subversão.

É êste um fator importante a considerar nas dificuldades que encontram os países subdesenvolvidos para a solução dos seus problemas políticos, fora dos padrões normais do mecanismo político.

É que, nesses países, a luta se trava não somente dentro do regime, obediente ao jôgo político, mas também em tôrno a estabilidade do regime, cuja proteção é preocupação maior.

Quais as conclusões de tudo o que dissemos?

Em primeiro lugar as sociedades subdesenvolvidas não se comportam como as desenvolvidas. No terreno político, particularmente, há fatores vários que perturbam o jôgo normal das instituições, principalmente a falta de definição dos objetivos maiores da política e do poder.

Deve, por isso, a ciência política procurar as causas do mal funcionamento do sistema e organizar um regime que atenda às condições peculiares a cada país, tendo em vista os desníveis econômicos, a diferenciação dos grupos sociais.

Não há formas puras de govêrno, nem formas políticas *ativas* senão em função de cada povo, de cada Estado.

Existem sistemas parlamentares, sistemas presidenciais, com variantes que se devem ajustar às condições peculiares de cada país.

O essencial, na fase de evolução da sociedade e das conquistas do homem, é que não lhe tiram o direito de participar da vida política e de organizar o poder. Indispensável é manter a conquista do processo democrático, naquilo que fôr essencial ao funcionamento das instituições.

Assim, a sociedade irá crescendo e se aperfeiçoando econômicamente, socialmente, mas também politicamente. O homem não será mero espectador de um sistema político, como nos Estados totalitários, mas participantes da vida política.

Assim podemos prosseguir no processo total de desenvolvimento, dentro de instituições livres e progressistas.